

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O PCP teve conhecimento de uma situação inaceitável de repressão, assédio e violações de direitos dos trabalhadores da empresa de limpeza *Foamy Sparkle*, no Hospital Distrital de Santarém.

A empresa *Foamy Sparkle* é desde Maio de 2017 responsável pelo serviço de limpeza desta unidade hospitalar, sendo que o contrato termina em Dezembro de 2018.

Cerca de 70 trabalhadores que asseguram a limpeza e funcionamento do Hospital Distrital de Santarém têm sido confrontados com reiterados atrasos no pagamento de salários, subsídios de férias, gozo de férias, com todos os prejuízos financeiros e familiares que daqui decorrem para estas famílias. Estes trabalhadores auferem o salário mínimo e um subsídio de alimentação de 1,85€.

O clima de repressão, assédio e chantagem é permanente e resulta num desgaste psicológico brutal. Os trabalhadores que tinham autorização de alteração de horário para garantir acompanhamento a filhos menores, desde que participaram na última greve sofreram represálias e deixaram de ter. Inclusive, as chefias afirmaram-no verbalmente em tom de ameaça.

Para além de todas estas práticas de violações de direitos, a entidade patronal não entregou à Segurança Social 5 meses de contribuições dos trabalhadores, bem como tentou descontar no horário dos trabalhadores o tempo de participação no plenário sindical.

Acresce a tudo isto o facto destes trabalhadores estarem há mais de 14 anos a responder a necessidades permanentes de limpeza do Hospital, sempre a auferir o salário mínimo, com condições e ritmos de trabalho muito exigentes.

Por forma a denunciar todas estas ilegalidades, os trabalhadores dirigiram-se à ACT e a resposta foi francamente insatisfatória, desvalorizando esta situação gravíssima e declarando

impotência inspectiva. Esta resposta é da maior gravidade.

O Conselho de Administração do Hospital Distrital de Santarém tem a obrigação de acompanhar a execução do contrato, e deve pugnar pelo cumprimento cabal dos direitos dos trabalhadores.

O PCP considera inaceitável que o Estado concessione contratos a empresas que não respeitam os direitos dos trabalhadores, urge garantir a reposição da legalidade e assegurar que tal não volte a acontecer.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que conhecimento tem o Governo desta situação?
2. Quais os resultados das acções inspectivas da ACT efectuadas à empresa *Foamy Sparkle*?
3. Como justifica a resposta francamente insatisfatória dos serviços das ACT, de desvalorização desta situação gravíssima?
4. Que medidas urgentes vai tomar para garantir o respeito cabal pelos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 2 de outubro de 2018

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)